IGB ELETRÔNICA S.A.

CNPJ nº: 43.185.362/0001-07

Relatório da Administração. Sra.s e Srs. Acionistas, Com particular satisfação lhes encaminhamos o relatório financeiro referente ao exercício encerrado em 31/12/2011. Como todos sabem, a IGB Eletrônica S/A, empresa que completou 47 anos em 2011, com muita garra, durante 4 décadas, conquistou, com seus equipamentos eletrônicos de qualidade, importante espaço nos corações e mentes de dezenas de milhões de consumidores brasileiros. Isto foi obtido, contra muitas adversidades, graças a uma equipe extraordinária, dedicada e competente. Infelizmente, na primeira metade de 2007, a Cia. enfrentou uma crise que não deveria ter ocorrido, e que decorreu de diversos fatores, especialmente da avaliação equivocada de mudanças no mercado por esta administração, da aquisição, em momento inoportuno, de outra empresa (a Philco) e uma demora excessiva em reagir à crise de vendas em televisores de cinescópio, crise esta turbinada com a exacerbada agressividade dos novos concorrentes de origem coreana (LG e Samsung). Naquele momento cometemos outro equívoco ao selecionar e contratar empresa de consultoria supostamente especializada em superar crises empresariais, contratação esta que se mostrou desastrosa, especialmente porque em Outubro de 2007 lhes entregamos a administração da Cia. Diante de uma situação difícil, mas superável, através de má gestão, levaram, entre muitos outros erros, a empresa a suspender suas atividades. Um passo quase fatal. Diante deste quadro decidimos, em Abril de 2008, reassumir a administração da Cia., traçando imediatamente a nossa estratégia da recuperação. Muito embora o novo Plano teve prazo de implantação que se alongou em excesso, acabou sendo implantado, na íntegra e no seu formato original em meados de 2011. Neste longo período de 3 anos atacamos os problemas da Cia. em três frentes principais: A) negociação com seus credores e B) implantação de uma nova empresa, a Cia. Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), e C) reestruturação societária. A) Quanto aos credores decidimos que a Cia. não iria recorrer à Recuperação Judicial, caminho comum nestas situações, por entender que isto representaria uma agressão aos que confiaram na Cia., concedendo-lhe crédito. Trilhamos o caminho muito mais difícil e trabalhoso, de buscar um acordo amigável com todos os credores, através de um alongamento de prazo, mas sem prejuízo monetário para nenhum deles, já que os créditos serão quitados com correção e juros. Obtivemos extraordinária receptividade da maioria absoluta de nossos credores (fornecedores e bancos) e logramos chegar a um acordo que depois de firmado foi levado à Justiça para homologação. Com este passo a Cia. realizou a maior e mais bem sucedida Recuperação Extra Judicial no País até os dias de hoje. No campo das dívidas fiscais, que se acumularam principalmente no período da crise, aderimos ao REFIS IV, plano de alongamento de dívidas fiscais federais. Além disto, logramos êxito pleno numa causa contra a Suframa, no STF, por unanimidade de votos. Esta vitória resultará no ingresso de uma quantia entre R$ 287 e 318 milhões na Cia. nos próximos anos. O passivo trabalhista significativo, já que no passado a empresa chegou a empregar 9.000 pessoas, vem sendo amortizado de forma controlada e a mais satisfatória possível. B) Quanto à continuidade da marca, a Cia. arrendou à CBTD, a marca "Gradiente" e outros de seus ativos. Com o decisivo apoio do Banco Bradesco-BBI S/A, logramos atrair para o novo empreendimento importantes investidores que viabilizaram a CBTD. Esta, já capitalizada desde 30/06/2011, está em preparativos para ingressar no mercado brasileiro no segundo trimestre de 2012, com uma estratégia inovadora de distribuição e uma excelente e atualizada linha de produtos, que, em breve divulgará. A CBTD é gerida por um Conselho de Administração de cinco membros, dois originários desta Cia., dois representando os novos investidores e um independente, além de uma Diretoria Executiva constituída de excelentes profissionais que estão trabalhando com entusiasmo e celeridade no novo projeto. O arrendamento, cujo valor em 31/12/2011 está em R$ 418,3 milhões, quitará de 06/2013 a 03/2020, a totalidade dos débitos com credores (bancos e fornecedores) da IGB. Aos acionistas da Cia., reunidos na HAG caberá 40% das ações da CBTD. C) Com referencia à reestruturação societária, temos mantido o Mercado informado por meio de Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado. Primeiramente, em reconhecimento do arrendamento da marca à CBTD, promovemos a mudança do nome da Cia. para IGB Eletrônica S/A, nome original da Cia. no início dos anos 70. Muito mais importante do que isto desenhamos um plano de abertura de capital da HAG, holding dos acionistas da IGB, de forma a nela admitir todos os minoritários que desejarem participar também da CBTD, sem prejuízo de suas participações na IGB, que passará a ser subsidiária da HAG. Estamos propondo o simultâneo fechamento do capital da IGB. Este processo todo está em curso e deverá estar finalizado, se aprovado pelo quórum mínimo dos acionistas, no início do segundo semestre deste exercício conforme cronograma já divulgado. É muito relevante comentar que, com a realização de todas estas tarefas, a Cia. voltará a ser rentável, com isto passando a poder reconhecer, em seus relatórios financeiros, um importante ativo: um crédito fiscal de R$ 257,0 milhões, sem prazo para prescrição, referente a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados em anos anteriores, que será aproveitado nos próximos anos. Gostaríamos de enfatizar que graças a todos os passos acima: acordo com credores; adesão ao Refis; arrendamento de marca e de bens à CBTD; vitória no processo da Taxa Suframa; e reconhecimento de nossos créditos fiscais, a nossa Cia., que nos últimos anos vem apresentando um Patrimônio Líquido negativo de cerca de R$ 450,0 milhões, já o reduziu em 2011 a menos da metade e, em poucos anos, deverá passar a exibir sólido patrimônio liquido positivo, com rentabilidade sustentável. Por termos, afinal, tido sucesso na implantação de nosso Plano e pelas perspectivas que se anunciam é que manifestamos no início deste relatório nossa particular satisfação. Cabe aqui um agradecimento especial pela confiança de todos os nossos acionistas que vêm acompanhando todos os passos acima relatados,apresentando sugestões e torcendo pelo nosso sucesso. Os relatórios financeiros que esta acompanham foram preparados com o maior rigor e com o cuidado de serem minuciosamente esclarecidos nas Notas Explicativas. Atenciosamente, Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2011 E 31/12/2010 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo	1.075.095	368.239	804.367	135.182
Circulante	7.816	8.747	7.817	8.748
Caixa e bancos	214	365	215	366
Aplicações financeiras	-	9	-	9
Contas a receber (Nota 3)	-	1.713	-	1713
Estoques (Nota 4)	1.142	2.284	1.142	2284
Impostos, Taxas e Contribuição a recuperar (Nota 5)	985	415	985	415
Outros valores a receber (Nota 6)	5.475	3.961	5.475	3.961
Realizável a longo prazo	790.760	102.095	690.775	14.684
Partes relacionadas (Nota 7)	99.985	87.411	-	-
Impostos, Taxas e Contribuição a recuperar (Nota 5)	9.386	8.735	9.386	8.735
Depósitos judiciais (Nota 15)	5.387	5.949	5.387	5.949
Contas a Receber - Arrendamento (Nota 16)	418.944	-	418.944	-
IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 8)	257.058	-	257.058	-
Permanente	276.519	257.397	105.775	111.750
Investimentos (Nota 7)	170.744	145.647	-	-
Intangível	94	94	94	94
Imobilizado (Nota 9)	105.681	111.656	105.681	111.656

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo e patrimônio líquido	1.075.095	368.239	804.367	135.182
Circulante	42.512	38.066	39.828	36.405
Empréstimos e financiamentos	-	115	-	115
Credores (Nota 10)	4.400	4.082	4.404	4.086
Salários, encargos sociais e provisões (Nota 11)	11.474	12.679	11.819	13.012
Obrigações fiscais (Nota 12)	21.931	18.491	22.269	18.781
Partes relacionadas (Nota 7)	-	411	-	411
Provisão para garantia (Nota 13)	1.336	-	1.336	-
Provisão para perda de investimentos	3.371	2.288	-	-
Exigível a longo prazo	1.265.101	781.869	997.056	550.473
Credores (Nota 10)	414.540	395.029	414.540	395.029
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	270.729	233.057	-	-
Parcelamento de impostos (Nota 14)	92.649	84.305	92.717	84.567
Provisão para garantia (Nota 13)	5.343	16.217	5.343	16.217
Provisão para contingências (Nota 15)	62.896	53.261	65.512	54.660
Receitas Diferidas (Nota 16)	418.944	-	418.944	-
Patrimônio líquido	(232.518)	(451.696)	(232.517)	(451.696)
Capital social (Nota 17)	41.000	41.000	41.000	41.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 18)	3.746	3.746	3.746	3.746
Prejuízos acumulados	(245.868)	(483.044)	(245.867)	(483.044)
Prejuízos do período	(31.396)	(13.398)	(31.396)	(13.398)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Subvenção	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31/12/2009	41.000	-	11.491	-	(544.941)	(492.450)
Lucro / Prejuízo do Período					(13.398)	(13.398)
Ajuste adequação lei11.638				54.152		54.152
Realização da reserva de reavaliação			(11.491)		11.491	-
Reversão de reservas		3.746			(3.746)	-
Em 31/12/2010	41.000	3.746	-	54.152	(550.594)	(451.696)
Lucro / Prejuízo do Período					(31.396)	(31.396)
Ajuste adequação lei11.638				4.707	-	4.707
Ajuste de exercícios anteriores				245.868		245.868
Realização da reserva de reavaliação		3.746	-	-	(3.746)	-
Reversão de reservas		-				-
Em 31/12/2011	41.000	7.492	-	304.727	(585.736)	(232.517)

NOTAS EXPLICATIVAS. 1. Contexto operacional. Atualmente a IGB Eletrônica S/A ("IGB" ou "Cia.") tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Cia. Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), da marca "Gradiente", de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem, com sucesso, conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como conseqüência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das S/A e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social. As demonstrações financeiras da Cia. incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas. a) Apuração do resultado. É apurado pelo regime de competência. b) Ativos e passivos sujeitos à indexação. Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período. c) IR e contribuição social. Quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto e renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. d) Outros ativos e passivos circulantes e a LP. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável. f) Ajuste a valor presente. Conforme avaliado pela Cia., não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12. g) Arrendamento de Ativos. A partir de 01/07/11 passou a vigorar o Contrato de Arrendamento de Ativos / Opções que a Cia. celebrou com a CBTD - Cia. Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a Cia. realizará entre julho de 2013 e março de 2020 um resultado de R$ 418,9 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Credores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. Os Passivos estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente aditivado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Conseqüentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e ferramental da IGB. h) Consolidação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2011 e de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Cia. e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	Participação - %	
	2011	2010
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100	100

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis. As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior Compañia Tilestar S/A, sediada no Uruguai, foram convertidas para reais conforme a taxa do dólar norte-americano em 30/12/2011 - R$ 1,8536 (31/12/10 - R$ 1,6654). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

3. Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber	49.958	49.958	49.958	49.958
Provisão para devedores duvidosos	(49.958)	(48.245)	(49.958)	(48.245)
	0	1.713	0	1.713

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Cia. possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Nesse exercício, por conservadorismo, a Cia. registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis. No entanto a Cia. busca com a assessoria de escritório de advocacia especializado, receber os valores a que julga ter direito.

4. Estoques	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
(-) Provisão para perdas na realização	(32.201)	(31.059)	(32.201)	(31.059)
	1.142	2.284	1.142	2.284

A Cia. está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Cia. tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 31/12/2011 é de R$ 32.201, avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização. Neste exercício, por conservadorismo e em virtude das mudanças em suas atividades, a Cia. aumentou a provisão de perdas de 96,5% do valor contábil.

5. Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	Controladora		Consolidado	
Curto prazo	2011	2010	2011	2010
PIS e Cofins a compensar (b)	452		452	
IPI (a)	67		67	
Outros	466	415	466	415
	985	415	985	415
Longo prazo				
Taxa da SUFRAMA		66.898		66.898
Provisão para realização Taxa Suframa		(66.898)		(66.898)
Carteira de Comércio Exterior – CACEX (c)	6.501	5.830	6.501	5.830
Precatório Telefunken e (d) IPI (a)	2.885	2.905	2.885	2.905
Total	9.386	8.735	9.386	8.735

a) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI. O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. b) PIS e Cofins a compensar. Corresponde ao cálculo dos créditos de PIS e Cofins sobre as depreciações e amortizações devidos. c) Carteira de Comércio Exterior - CACEX . Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça - STJ deferiu integralmente o crédito da Cia., tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de agosto do mesmo ano. A Execução da Sentença foi promovida pelo patrono da causa em novembro de 2009, na qual apresentou o montante do indébito a ser repetido e qual seria a parcela devida a título de honorários contratuais e de sucumbência. Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontrovertido, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto a certeza e liquidez do crédito apresentado pela autora da ação. Diante desse fato, a Cia. em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório. Aguarda-se manifestação da União quanto ao ingresso da Cia. no processo. d) Precatório da Telefunken. Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição do indébito da contribuição para o FINSOCIAL), no valor de R$1.779.860,66. Ato subseqüente foi expedido Auto de Penhora no rosto dos autos do precatório. Dessa forma, o precatório está bloqueado aguardando a liberação das penhoras sofridas nos autos das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0. e) Taxa da Suframa. Durante o ano de 2011, mais especificamente em 30.6.2011, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") negando provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso Extraordinário n. 556854 interposto pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, relativamente a Ação Ordinária de Repetição de Indébito n. 2001.32.00.000903-7 interposta pela IGB objetivando fosse reconhecido o direito à repetição dos valores indevidamente por ela recolhidos a título de taxa (Taxa SUFRAMA) no período de 5.6.1991 a 14.12.1999. Em 11.11.2011, verificou-se o trânsito em julgado da mencionada decisão. O processo foi recentemente remetido ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento do prazo decadencial, após o que se dará início ao processo de execução de sentença, ocasião em que será apurado o valor do precatório ao qual a IGB faz jus. Em razão disso, tal direito de crédito não se encontra, por ora, registrado nos resultados da IGB. A título de esclarecimento, informamos que cálculos elaborados por perita independente estimam valor, atualizado até 31.12.2011, em torno de R$ 318,3 milhões, se considerado prazo decadencial de 10 anos, ou R$ 287,2 milhões, se considerado prazo decadencial de 5 anos, prazos estes ainda a serem julgados pelo STJ.

6. Outros valores a receber	Controladora		Consolidado	
Curto prazo	2.011	2.010	2.011	2.010
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.961	2.653	2.961	2.653
Adiantamentos de folha de pagamento	-	154	-	154
Outros (b)	2.514	1.154	2.514	1.154
	5.475	3.961	5.475	3.961

a) Adiantamento a fornecedores. Refere-se a pagamento de comissão feito a maior do que o devido em contrato com empresa especializada em recuperação de créditos. Esses créditos serão compensados com créditos futuros dessa empresa por força de contrato. b) Outros. Créditos a receber de Oliva Pinto Logística Ltda. referente a contrato firmado de cessão onerosa de direitos e benfeitorias. 7. Partes Relacionadas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2011 e de 31/12/10, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas e seus controladores. (i) Eurobonds e Respectivo Mutuo. a) Em 11.7.1997 a Cia. emitiu eurobonus no valor bruto de US$ 100 milhões, sujeitos a juros, inicialmente de 9,5/8% a.a., e atualmente de 10% a.a., pagáveis semestralmente, e que contêm cláusulas restritivas convencionais relativas a garantias, vendas e transferências de ativos substanciais e endividamento da Cia. e de empresas controladas. Em 11.7.2002 a Cia., por meio de sua subsidiária integral Compañia Tilestar S/A, efetuou a recompra integral dos referidos eurobonus. b) Mutuo. As transações e saldos representados por contratos de mutuo remunerados à taxa equivalente à variação da LIBOR, adicionados de juros de 3% aa. c) Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data.

Parte Relacionadas - Ativo	Controladora		Consolidado	
Longo prazo	2011	2010	2011	2010
Cia. Tilestar – Mútuo (b)	99.985	87.411	0	0
Investimento – Participações (c)	170.744	145.647	0	0
	270.729	233.058	0	0

Parte Relacionadas - Passivo	Controladora		Consolidado	
Longo prazo	2011	2010	2011	2010
Eurobonds (a)	270.729	233.057	0	0
	270.729	233.057	0	0

ii) Partes Relacionadas / Credores. A rubrica credores a LP contém crédito com Partes Relacionadas correspondentes a empréstimos dos controladores no valor de R$ 5.191 mil. A IGB Eletrônica recentemente contratou escritório de contabilidade no Uruguai para confirmar os números e dados da subsidiária integral Tilestar. 8. IR e contribuição social diferidos. A Sociedade reconheceu créditos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Os créditos estão consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD, conforme apresentado em detalhes nas notas explicativas N° 2g, N°10 e N°16. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IR e contribuição social é conforme a seguir:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
	745.632	772.403
Utilizado no REFIS	(47.550)	-
	698.082	772.403
PF 2010	19.444	19.444
PF 2011	18.857	18.857
ESTOQUE	736.383	810.703
IRPJ e CSLL Diferidos	184.096	72.963

Contabilização			Totais
No Patrimônio Líquido até 2010	179.381	71.266	250.647
No Resultado do Exercício 2011	4.714	1.697	6.411
IRPJ e CSLL Diferidos	184.096	72.963	257.058

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até 01 ano		
de 01 a 02 anos	20.568	20.568
de 02 a 03 anos	43.707	43.707
de 03 a 05 anos	46.298	46.298
de 05 a 07 anos	56.500	56.500
de 07 a 10 anos	89.985	89.985
IRPJ e CSLL Diferidos	257.058	257.058

9. Imobilizado. Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

	Taxa depr. Anual - %	Controladora 2.011 Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	2.010 Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(13.392)	46.800	60.192	(11.810)	48.382
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(21.832)	10.720	32.552	(19.498)	13.053
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.995)	376	5.371	(4.645)	726
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.742)	4	36.746	(36.684)	62
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.345)	2.058	12.403	(9.681)	2.721
Ferramental	13	25.935	(13.065)	12.870	25.935	(13.066)	12.870
Instalações	10	15.097	(7.851)	7.246	15.097	(6.864)	8.232
Intangível	16	94	0	94	94	0	94
		213.998	(108.223)	105.775	213.998	(102.248)	111.750

Custo Atribuído. A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 01/01/10. A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

	Taxa depr. Anual - %	2.011 Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	2.010 Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(13.392)	46.800	60.192	(11.810)	48.382
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(21.832)	10.720	32.552	(19.498)	13.053
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.995)	376	5.371	(4.645)	726
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.742)	4	36.746	(36.684)	62
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.345)	2.058	12.403	(9.681)	2.721
Ferramental	13	25.935	(13.065)	12.870	25.935	(13.065)	12.870
Instalações	10	15.097	(7.851)	7.246	15.097	(6.864)	8.232
Intangível	16	94	0	94	94	0	94
		213.998	(108.223)	105.775	213.998	(102.248)	111.750

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de maquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta ferramental.

10. Credores	Controladora			
	2011	2010	2011	2010
Curto prazo				
Nacionais (a)	4.400	4.082	4.404	4.086
Longo prazo				
Credores (b)	414.540	395.029	414.540	395.029
	418.940	399.111	418.944	399.115

a) Credores nacionais a pagar no curto prazo. b) Credores - LP - Incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial. No dia 24/09/09, foi firmado o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor. O "Plano de Recuperação Extrajudicial" da "Gradiente" doravante denominado simplesmente "Plano" foi protocolado em Juízo no dia 09/12/2.009 e homologado na Justiça em 24/05/10. Em 23/03/2011, foi firmado com os credores um aditamento ao 'Plano', que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento. O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o 'Plano' e com isto levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do' Plano'. O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTDA e caixa mínimo da Cia. Brasileira de Tecnologia Digital - CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A. Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo 'Plano': " 2.1.1. Para credores com valores superiores a R$ 1.000.000,00: a) Prazo de carência de 24 meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da Cia., prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21/09/09, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos CDI, apurados pela CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item "b" deste subitem; b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% ao ano. 2.1.2. Para credores com valores inferiores a R$ 1.000.000,00: a) Os credores de valores até R$ 1.000,00 deverão ser pagos, em parcela única, até 01/07/2.010. Esta etapa já foi realizada. b) Os credores de valores acima de R$ 1.000,00 até R$ 20.000,00 deverão ser pagos em parcela única até 30/06/2.013; e c) Os credores de valores acima de R$ 20.000,00 até R$ 1.000.000,00 deverão ser pagos em 3 parcelas iguais até 30/06/2.013, 30/06/2.014 e 30/06/2.015. d) Esses créditos, apurados em 21/09/09, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da Cia., prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.11 pelos CDI, apurados pela CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da TR, acrescidos de juros à taxa de 10% ao ano."

11. Salários, Encargos Sociais e Provisões.	Controladora			
Curto prazo	2011	2010	2011	2010
Salários	46	2.010	46	2.059
Encargos Sociais	11.381	9.650	11.726	9.894
Provisões	47	1.019	47	1.058
	11.474	12.679	11.819	13.011

12. Obrigações fiscais	Controladora		Consolidado	
Curto prazo	2.011	2.010	2.011	2.010
PIS e COFINS	700	648	700	648
ICMS	6.845	5.867	7.066	6.071
IPI	459	424	459	424
Imp Renda e Contrib Social	3.822	2.748	3.939	2.820
IPTU/ISS/ Etc.	10.105	8.804	10.105	8.818
	21.931	18.491	22.269	18.781

13. Provisão para Garantia de Produtos	Controladora		Consolidado	
Curto prazo	2011	2010	2011	2010
Provisão para Garantia	1.336	0	1.336	0
Longo prazo				
Provisão para Garantia	5.343	16.217	5.343	16.217
	6.679	16.217	6.679	16.217

Provisão constituída por valores indenizatórios referente a processos de consumidor via PROCON e JEC com o percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a Cia, poderá vir a desembolsar.

14. Parcelamento de impostos	Controladora			
	2011	2010	2011	2010
Processos RF e PGFN	89.418	81.368	89.469	81.630
Previdenciário	3.231	2.937	3.248	2.937
	92.649	84.305	92.717	84.567

A Sociedade optou por aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. A adesão foi efetuada tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. no dia 13/08/10. A adesão abrangeu as contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O parcelamento foi realizado em 180 meses, com redução de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais. Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados pela Cia., a parcela não consolidada é objeto de pedido administrativo. Atualmente a Cia. cumpre com o pagamento das parcelas do REFIS já consolidada e aguarda a consolidação da parcela restante. 15. Provisão para contingências. Em 31/12/2011, a Cia. e suas controladas possuíam processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Cia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

Controladora	2011 Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	2010 Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários		(38.211)	(38.211)		(34.164)	(34.164)
Trabalhistas	5.387	(24.685)	(19.298)	5.949	(19.097)	(13.148)
	5.387	(62.896)	(57.509)	5.949	(53.261)	(47.312)

Consolidado	2011 Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	2010 Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários		(38.413)	(38.413)		(38.413)	(38.413)
Trabalhistas	5.387	(27.099)	(21.712)	5.949	(27.099)	(21.150)
	5.387	(65.512)	(60.125)	5.949	(65.512)	(59.563)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31/10/1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31/12/1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992. Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Receita bruta de vendas	-	446	-	446
Impostos, devoluções e abatimentos	-	(178)	-	(178)
Receita líquida das vendas	-	268	-	268
Custo dos produtos vendidos	-	(777)	-	(777)
Lucro bruto	-	(509)	-	(509)
Despesas (receitas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 19)	(23.988)	(13.853)	(23.988)	(11.826)
Receitas financeiras (Nota 20)	30.219	17.244	30.219	17.244
Despesas financeiras (Nota 20)	(87.055)	(41.177)	(70.354)	(42.614)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 21)	19.059	8.513	19.059	7.923
Resultado de equivalência patrimonial	23.958	16.384	7.257	16.384
Prejuízo operacional	(37.807)	(13.398)	(37.807)	(13.398)
Resultado não operacional, líquido	-	-	-	-
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	(37.807)	(13.398)	(37.807)	(13.398)
IRPJ e CSLL Diferidos	6.411	-	6.411	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(31.396)	(13.398)	(31.396)	(13.398)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	01/01/2011 a 31/12/2011	01/01/2010 a 31/12/2010
Prejuízo Líquido do Período	(31.396)	(13.398)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(31.396)	(13.398)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2011	2010	2011	2010
Receitas	0	8.959	0	8.369
Vendas de produtos e serviços	0	446	0	446
não operacionais	0	8.513	0	7.923
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	16.087	(777)	16.087	(777)
Matérias-Primas consumidas	0	0	0	0
Custos das mercadorias e serviços vendidos	0	(777)	0	(777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16.087	0	16.087	0
Valor Adicionado Bruto	16.087	8.182	16.087	7.592
Retenções	(5.523)	(2.543)	(5.523)	(1.554)
Depreciação e amortização	(5.523)	(2.543)	(5.523)	(1.554)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	10.564	5.639	10.564	6.038
Valor Adicionado Recebido em Transferência	54.177	33.628	37.476	33.628
Resultado de equivalência patrimonial	23.958	16.384	7.257	16.384
Receitas financeiras	30.219	17.244	30.219	17.244
Valor Adicionado Recebido em Transferência (5+6)	64.741	39.267	48.040	39.666
Distribuição do Valor Adicionado	64.741	39.267	48.040	39.666
Pessoal e encargos	9.080	11.310	9.080	10.272
Impostos, taxas e contribuições	2	178	2	178
Despesas Financeiras	87.055	41.177	70.354	42.614
Lucro/prejuízo do periodo	(31.396)	(13.398)	(31.396)	(13.398)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2011 E 2010 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	jul-05	set-11	dez-11	set-11
Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) do período	(31.396)	(18.857)	(31.396)	(18.857)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1.268	1.281	1.268	1.281
Resultado de equivalência patrimonial	2.253	17.587	20.253	14.299
Provisão para perda de investimentos	880	2	0	0
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Apropriação de juros				
Provisões (reversões) para perdas no estoque				
Provisões (reversões) para garantia de produtos	1.178	(8.252)	1.178	(8.252)
Provisões (reversões) para estoques obsoletos				
Adições/Baixas do ativo permanente, líquidas				
Provisão (reversões) para créditos de Líquidação duvidosa				
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Clientes				
Estoques				
Impostos e contribuições a recuperar	93	497	93	497
Depósitos Judiciais	(65)	(130)	(65)	0
Partes relacionadas	1.536	(15.905)	-	
Investimentos				
Outros ativos	419.004	1.557	419.004	1.557
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	376	(855)	374	(849)
Credores	11.056	(11.828)	8.672	8.672
Salários, encargos sociais e provisões	5.738	3.967	3.478	3.478
Obrigações fiscais	72.089	810	72.572	820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0
Adiantamentos de clientes				
Provisões (reversões) para contingências	5.217	1.573	7.935	1.622
Outros passivos	0	0	0	0
Caixa Gerado Pelas (Utilizado Nas) Atividades Operacionais	483.758	(28.552)	497.895	4.267
Atividades de Investimento				
Baixas de investimentos	-	-	-	-
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento	0	0	0	0
Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos	6.628	33.493	0	0
Caixa (Utilizado) Gerado Pelas Atividades Financeiras	6.628	33.493	0	0
Aumento (Redução) Disponível	490.386	4.941	497.895	4.267
Disponível no Inicio do Período	5.450	509	4.775	508
Disponível no Final do Período	495.836	5.450	502.670	4.775

16. Arrendamento	Controladora			
	2011	2010	2011	2010
Realizável - LP				
Titulos a Receber	418.944	0	418.944	0
Exigível - LP				
Receitas Diferidas	418.944	0	418.944	0

Como previamente informado, a reinserção da marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo ("Projeto") dar-se-á por meio da Cia. Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), arrendatária da marca "Gradiente" e de outros ativos da IGB (máquinas, equipamentos e determinados imóveis), que explorará as atividades decorrentes das novas oportunidades de negócio naquele setor. Os recursos provenientes deste arrendamento quitarão diretamente o valor de R$ 418,9 milhões contabilizado na conta credores no passivo (exigível de curto e LP) da Cia. Vide nota 2 letra g. 17. Capital Social. Em 31/12/2011, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração era de R$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

Classe	2.011 Quantidade	2.010 Quantidade
Ordinárias	12.504.967	12.504.967
	12.504.967	12.504.967

Todas as ações participam em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Cia.

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial	Controladora			
	2011	2010	2011	2010
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.746	3.746	3.746	3.746

19. Despesas Gerais e Administrativas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Gastos com Pessoal	9.080		9.080	
Prov. p/ Créditos Liq. Duvidosa	1.713		1.713	
Prest. Serviços (Advocacia, Consultores, outros)	15.112		15.112	
Depreciação	5.523		5.523	
Gastos Gerais	1.987		1.987	
	33.415	13.853	33.415	11.826
Estorno de Prov. p/ Garantia de Produtos	(9.427)		(9.427)	
	23.988	13.853	23.988	11.826

20. Receitas e despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
Receitas	2.011	2.010	2.011	2.010
Variações cambiais e monetárias sobre fornecedores e empréstimos.	10.510	10.300	10.510	10.300
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	16.658	3.119	16.658	3.119
Juros ativos	1.205	523	1.205	523
Juros sobre impostos a recuperar	49	187	49	187
Juros sobre contratos de mútuo	1.446	1.427	1.446	1.427
Outros	351	1.691	351	1.691
	30.219	17.244	30.219	17.244
Despesas				
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	5.530	7.051	5.530	7.051
Variações cambiais e monetárias s/ fornecedores e empréstimos	31.480	2.800	31.480	2.800
Juros e encargos sobre empréstimos inclusive do 'Plano'	39.639	16.873	22.939	18.243
Juros com impostos	10.206	10.417	10.206	10.484
Juros passivos	1	1	1	1
Atualização monet.s/provisões p/ contingências		4.031		4.031
Despesas bancárias com cobrança e diversas	198	4	198	4
	87.055	41.177	70.354	42.614

21. Outras despesas e receitas operacionais líquidas	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Despesas				
Impostos e contribuições s/outras operações	2	4	2	19
Provisões para estoques obsoletos	1.142	5.777	1.142	5.821
Provisões para contingências	7.216	6.290	7.216	6.472
Provisões diversas		29.927		30.260
Perda de investimentos		3.633		3.633
Outras despesas		187		203
	8.360	45.818	8.360	46.408
Receitas				
Aluguéis	5.014	5.376	5.014	5.376
Outras receitas	22.405	48.955	22.405	48.955
	27.419	54.331	27.419	54.331
	19.059	8.513	19.059	7.923

22. Fatores de risco de mercado . As atividades da Cia. e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties - arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos: a) Contrato de Arrendamento: Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Cia. Brasileira de Tecnologia Digital S.A "CBTD" O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Cia. Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de Assembleia de acionistas da Cia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial já mencionado na nota 12. b) Contratos de Locação: Atraso ou inadimplência nos Contratos de Locação pelas locatárias dos imóveis. 23. Cobertura de seguros. A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da Cia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. 24. Auditoria externa. Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S/A contratou a BC Control Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a BC Control não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DIRETORIA

Eugênio Emílio Staub - Diretor Presidente - Moris Arditti - Vice Presidente de Desenvolvimento de Negócios

Contador: Deusmar Pessoa Viana - CRC AM 011138/0-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da IGB ELETRÔNICA S/A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S/A ("Cia."), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2011 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente mente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais. Conforme apresentado na nota explicativa No 7, a Cia. possui participações em controladas no montante líquido de R$ 270.729 mil em 31/12/2011. Devido ao fato de não termos revisado as informações constantes nos balanços das investidas naquela data, o escopo de nossos trabalhos foi limitado e não temos como opinar sobre aquele valor registrado como investimentos e partes relacionadas, bem como seu resultado de equivalência patrimonial ou possíveis efeitos que pudessem gerar a revisão dos balanços daquelas Cias. em 31/12/2011. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos §§ Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais, essas demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S/A em 31/12/2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S/A e suas controladas em 31/12/2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfases. As demonstrações contábeis da IGB Eletrônica S/A (Controladora) e demonstrações contábeis dessa Cia. e de suas controladas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios das Cias.. Atualmente, com a conclusão do Projeto de Reestruturação da Gradiente e a celebração do Contrato de Arrendamento com a CBTD, a IGB passa a atuar essencialmente como administradora de bens. Com as receitas futuras oriundas do arrendamento de bens do imobilizado de valor contábil de aproximadamente de R$ 40 milhões, conforme informado pela administração da Cia., haverá ao longo dos próximos nove anos, a amortização de R$ 395 milhões do Passivo da IGB. A continuidade da Cia. está na dependência do resultado financeiro da CBTD. Conforme apresentado na nota explicativa nº 08, a Cia. reconheceu créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social no valor de R$257.058mil, sendo tais créditos consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD em 31/12/2011. A realização do crédito tributário registrado está na dependência do resultado financeiro da CBTD e ainda sujeita a possíveis questionamentos quanto ao montante pela Secretaria da Receita Federal. Outros assuntos. Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado. Examinamos as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cias. abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 31/03/2012. Sandro Casagrande. Sócio contador - CRC SP-194140/O-9 "S" AM. BC Control Auditores Independentes S.S. CRC SP-022159/O-0 "S" AM.